

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre do Edifício Paços do Concelho do Peso da Régua, pelas vinte e uma horas e trinta minutos iniciou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Peso da Régua em harmonia com a convocatória de 26 de novembro de 2018.

Faltaram os deputados Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães, Maria Isabel Barraco de Melo, Nelma de Jesus Pereira Coutinho, Paulo Jorge da Cruz Costa, sendo substituídos pelos deputados António Manuel Alves Serafim, Marlene Monteiro de Almeida, Maria Zita Batista Oliveira Santos e Isabel Maria da Silva Guedes de Sá, respetivamente.

O Senhor Presidente da Mesa deu por iniciada a sessão, informando sobre a correspondência e os convites diversos, tudo disponível para consulta.

O deputado Antonio Manuel Alves Serafim criticou o modo como a região do Douro está a ser tratada, dando como exemplo, entre outros, o caso da Casa do Douro.

O deputado Mário Quifones Janeiro elogiou o modo como a comissão presidida pelo Sr. Dr. Agostinho Santa desempenhou o seu papel.

Passou-se de seguida à leitura da ata, tendo a mesma sido aprovada com 22 votos a favor e 6 abstenções devidas a ausência nessa sessão.

Seguiu-se a apreciação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.

Após os cumprimentos, desenvolveu pormenorizadamente a problemática da Casa do Douro, subscrevendo o que tinha sido dito nas intervenções anteriores e realçando a meritória atuação do Sr. Vereador Dr. Agostinho Santa. Abordou, ainda, com grande pormenor os temas Hospital D Luiz I e Linha do Douro, dando conta de todas as iniciativas desenvolvidas e fazendo o ponto da situação. Falou ainda sobre o pretendido aproveitamento de terrenos da Linha do Corgo, as requalificações da Avenida Dr. Manuel de Arriaga e do Mercado Municipal. Deu a conhecer tudo o que estava a ser

feito quanto às Caldas do Moledo e o Colégio dos Salesianos. Falou, ainda, sobre os vários eventos que ocorreram no concelho e informou que a Régua será a Capital da Vinha e do Vinho. Terminou dando notícia do reconhecimento da excelência da qualidade da água que nós consumimos.

O deputado da CDU Antonio Serafim abordou as questões relativas ao Hospital D. Luiz I e a Linha do Douro.

O deputado do PPD/PSD Raúl Gornçalves elogiou o facto de todas as matérias terem sido explicadas ao pormenor e o trabalho desenvolvido em conjunto por todo o executivo municipal, o que é especialmente relevante atentas as enormes dificuldades que é necessário superar. Disse ainda que a Câmara Municipal podia sempre contar com o apoio do seu grupo municipal.

O Sr. Presidente da Câmara, na sequência da intervenção do Sr. deputado da CDU, voltou a abordar a questão do Hospital D Luiz I.

Ponto 2) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à área de reabilitação urbana - Salgueiral.

O Sr. Presidente da Câmara deu a conhecer tudo o que era relevante neste âmbito, incluindo o que envolve os bairros sociais, designadamente as especificidades do Bairro Branco.

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos vinte e oito membros presentes.

Ponto 3 - Apresentação, discussão e aprovação do regulamento do mercado Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara explicou o que estava em causa e o que se pretendia com este regulamento.

O Sr. deputado da CDU afirmou a sua concordância.

O Sr. deputado do PS Mário Quifones Janeiro chamou à atenção para a questão do mau cheiro, apelando a um maior esforço de limpeza do espaço

O Sr. Presidente da Câmara regressou ao assunto para dar conta de que se pretende alargar o aproveitamento do espaço.

A proposta foi aprovada por unanimidade com vinte e oito votos.

Ponto 4 – Apresentação, discussão do regulamento de serviços de gestão de resíduos urbanos do Município de Peso da Régua.

O Sr. Presidente da Câmara disse que a defesa do ambiente, nos seus vários níveis, era uma prioridade para a Câmara, até por causa da imagem do concelho, mas que também competia a todos fazerem a sua parte. Disse ainda que estava em causa um duplo objetivo: estabelecer as regras da limpeza e melhorar o sistema de recolha dos resíduos. Explicou as preocupações, designadamente em termos sociais, que foram tidas em conta na questão do agravamento dos encargos.

O Sr. deputado Antonio Serafim criticou a opção tomada por entender que vem penalizar os munícipes com maior fragilidade económica e o facto de ter sido feita a adjudicação a uma empresa privada.

O Sr. deputado Mário Quifones Janeiro, em representação do PS, disse que não se reviam neste regulamento, afirmando que existiam outras opções, designadamente destinadas a consciencializar a população. Informou que o PS ia votar contra.

O Sr. deputado Raúl Gonçalves, em representação do PSD, congratulou-se com as preocupações que nortearam o executivo, nomeadamente em termos sociais, destacando aqui a proteção dos mais idosos e a discriminação positiva quanto à parte rural do concelho. Terminou criticando a posição do PS nesta assembleia, desde logo pela incongruência que revelam não reconhecer o esforço meritório que tem sido desenvolvido pela Câmara quanto aos custos que tem suportado com os preços baixos que tem praticado. Finalmente procedeu a um comparativo com outros municípios para concluir que temos estado no bom caminho. Anunciou que iam votar a favor.

O Sr. Presidente da Câmara explicou a motivação do aumento que vai ser cobrado, referindo o histórico sem mexidas e defendendo a razoabilidade do que é proposto, nomeadamente em comparação com a realidade noutros municípios e esclarecendo a relação desta matéria e a dívida do município. Finalmente, rebateu as afirmações do Sr. deputado Mário Quifones Janeiro.

O Sr. deputado António Manuel Alves Serafim anunciou que ia votar contra.

O Sr. Presidente da Câmara chamou à atenção para o facto do aumento se traduzir no equivalente ao custo de dois cafés.

A proposta foi aprovada por maioria com 16 votos a favor, 12 votos contra e 1 abstenção.

Ponto 5 - Apresentação, discussão e aprovação da contratação de empréstimo a curto prazo - exercício económico de 2019.

O Sr. Presidente da Câmara explicou os motivos da proposta, o Sr. Deputado da CDU disse não se opôr, o PS declarou não pretender inviabilizar o empréstimo e o PSD declarou a sua concordância.

A proposta foi aprovada por maioria com 16 votos a favor e 13 abstenções.

De seguida foi proposto pela Mesa e aprovado por unanimidade, com 29 membros presentes, o prolongamento da sessão por mais duas horas.

Ponto 6 - Apresentação e discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa aos documentos previsionais para o ano de 2019 - "Orçamento e plano plurianual de investimentos 2019".

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que há uma linha de continuidade e explicou os objetivos visados. Referiu pormenorizadamente como vai ser a continuação do que está em curso e quais as novas iniciativas que foram definidas. Elogiou o trabalho e empenho das associações locais e das juntas de freguesia.

O Sr. deputado da CDU avaliou o plano como pouco ambicioso e entregou uma declaração de voto que está anexa a esta ata.

A Sra. deputada do Partido Socialista Joana Catarina Souto Lopes criticou a falta de credibilidade do plano, anunciou que iriam votar contra e entregou uma declaração de voto que está anexa a esta ata.

O Sr. deputado do PPD/PSD Raúl Gonçalves enalteceu a postura responsável e empenhada dos Srs. Vereadores do PS, elogiou o plano, dizendo que vem na continuidade do que tem sido feito e que tem merecido o apoio justificado dos Reguenses. Realçou a relevância das coletividades e das juntas de Freguesia e afirmou que iriam votar a favor.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu ao que tinham afirmado os srs. deputados da CDU e do PS, explicando os motivos do seu desacordo, explicou a fragilidade da

autonomia financeira dos municípios e criticou o critério da distribuição dos recursos. Detalhou o modo de construção do orçamento e as questões e dificuldades que envolve. Apontou as contradições em que incorre o PS da Assembleia nas críticas que formuladas. Deu conta de que na gestão do município tem de ter-se coragem e ambição, sempre com grande preocupação social e numa estreita colaboração com as associações locais e as juntas de freguesia. Finalmente, elogiou a postura dos Srs. Vereadores do PS pela postura construtiva que os caracteriza e que é de grande utilidade para o concelho.

O Sr. deputado Antonio Manuel Serafim anunciou que ia votar contra.

O Sr. deputado Raúl Gonçalves criticou a opção da CDU, uma vez que concordava com quase tudo, e referiu-se à posição dos senhores deputados do PS como sendo mais do mesmo. Disse a terminar que votariam favoravelmente par estarem empenhados na continuação do desenvolvimento do concelho e na continuação da melhoria de bem-estar dos reguenses.

A proposta foi aprovada por maioria com 16 votos a favor, 10 votos contra e 2 abstenções.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e sete dos Senhores Deputados, a aprovação da presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4 do art .57º do Anexo I da Lei n.º. 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.